UNCTAD V: O CARÁCTER NEOCLÁSSICO DA NOVA ORDEM ECONÓMICA INTERNACIONAL

Eduardo de Sousa Ferreira (*)

I

A UNCTAD V representa uma viragem em relação às conferências que a precederam, na medida em que as negociações se centraram numa questão global e de fundo. Sob o *slogan* da «Interdependência» abordava-se o problema da alteração dirigida das estruturas económicas, nos países industrializados (IC) a favor dos países economicamente subdesenvolvidos (DC). Nas quatro primeiras conferências tinham mantido importância central as teses de Prebisch orientadas para o comércio externo segundo as quais o *trade gap* existente entre os IC e os DC impede o desenvolvimento e aprofunda o subdesenvolvimento, pelo que os esforços nessas conferências se concentraram essencialmente em alterações no comércio internacional. Sob este pano de fundo tinham estado à discussão várias outras questões pontuais como o Sistema Monetário Internacional na UNCTAD III (Santiago do Chile, 1972) e o Programa Integrado de Matérias Primas na UNCTAD IV (Nairobi, 1976). Na UNCTAD V, em Manilha, se bem que em termos práticos se mantenha o peso da questão do comércio internacional, já em termos programáticos se pretende abordar questões estruturais dos IC e DC na perspectiva de efeitos recíprocos, assim como todo o enquadramento institucional em que se desenrolam as relações económicas internacionais. Esta nova perspectiva é uma reacção — na linha das decisões dos países da OPEC em 1973 com a formação do cartel do petróleo — à deterioração da posição dos DC na economia mundial nos últimos anos:

O reforço do protecçãoismo levado a efeito pelos IC desde 1974 tem vindo a prejudicar as possibilidades de exportação de quase todos os produtos acabados e semi-acabados dos DC, fornecendo estes hoje menos de 2 % dos produtos acabados consumidos nos IC;

As oscilações dos preços da maior parte das matérias-primas do Programa Integrado de Matérias Primas foram entre 1972 e 1977 duas a três vezes maiores do que entre 1960 e 1971;

A ajuda pública dos países do DAC não só se tem mantido muito aquém do objectivo de 0,7 %, como decresceu de 0,51 %, em 1960, para 0,32 %, em 1978;

(*) Professor catedrático do Instituto Superior de Economia.

Em 1978 a dívida global dos DC não exportadores de petróleo representava 21 % do seu PIB, tendo subido o serviço de dívidas a mais de 13 % das respectivas exportações em bens e serviços;

A emigração de mão-de-obra qualificada dos DC para os IC (*brain drain*) que, pelas suas dimensões deveria ser posta ao lado da ajuda oficial dos IC, representa um escoar crescente de potencialidades de desenvolvimento nos DC (¹).

A problemática posta à discussão em Manilha não corresponde necessariamente à apresentação de novas exigências por parte dos DC, mas a sistematização, o aprofundamento e a forma globalizante como as questões foram postas conferem-lhe um carácter diferente: aquilo que está em discussão é a forma como os DC vêm a Nova Ordem Económica Internacional (NOEI), sendo a UNCTAD V o foro internacional privilegiado para a tentativa da sua criação e aplicação em termos sistemáticos. Nestas condições, uma análise crítica das posições assumidas na UNCTAD V apresenta-se como forma adequada para tirar conclusões quanto ao verdadeiro carácter da NOEI proposta pelos DC assim como quanto às possibilidades da sua aceitação.

Ao nível geral os DC fundamentam o exigir duma Nova Ordem Internacional com dois argumentos:

Os IC devem estar predispostos a compensar os DC pelos prejuízos derivados da exploração colonial e das condições injustas de comércio internacional após a descolonização;

Pré-condição para uma colaboração em termos de igualdade entre os IC e os DC é que estes não sejam prejudicados por medidas restritivas daqueles devendo os IC, pelo contrário, prestar-se a uma transferência de recursos necessários ao desenvolvimento dos DC.

A um nível mais concreto, todas as expectativas (e receios) ligadas à NOEI proposta pelos DC, têm como ponto de partida a ideia de que (pelo menos para estes) o crescimento económico é essencialmente uma questão de efeitos do comércio externo, ou melhor do mercado mundial. Esta perspectiva é o elemento de ligação de todas posições a favor desta NOEI, se bem que paralelamente também sejam discutidos os efeitos da Divisão Internacional do Trabalho e da Ajuda ao Desenvolvimento. Daí o núcleo das exigências da NOEI: os preços das matérias-primas exportadas pelos DC devem ser aumentados para que estes países disponham de recursos suplementares que, juntamente com a importação de tecnologias avançadas, poderiam permitir um novo estágio de industrialização; simultaneamente

(¹) World Bank (1979), McNamara (1979) e DAC (1979).

devem alargar-se as exportações, para os IC, dos produtos industriais que os DC podem produzir a baixo preço relativo devido a recursos «naturais» abundantes e mão-de-obra barata⁽²⁾.

Se bem que ainda largamente divulgada, não é aceitável a tese segundo a qual os IC defendem o comércio livre internacional enquanto os DC defendem uma NOEI em que o comércio internacional é dirigido, pondo em causa a economia de mercado mundial⁽³⁾.

Na realidade uma análise dos documentos elaborados pelos representantes dos DC e apresentados nas várias instâncias internacionais torna patente que as exigências postas se concentram na instauração dum regime de comércio livre internacional que permita aos DC um maior acesso ao mercado mundial. As linhas definidas pelo Grupo dos 77 no encontro de Arusha preparatório da UNCTAD V, focavam essencialmente o desfazer das barreiras tarifárias e não-tarifárias. O programa de Arusha assim como os documentos apresentados posteriormente na UNCTAD criticam precisamente o facto de o comércio internacional ficar hoje aquém, função do protecționismo dos IC, do que seria possível alcançar em racionalidade aplicando as teorias do comércio externo derivadas da concepção ricardiana das vantagens comparativas.

Que esta posição dos DC se cobre com os interesses da política económica dos IC, não só era já de constatar no *Pearson Report* no fim da década de 60⁽⁴⁾, como ficou bem claro na intervenção de McNamara, em Manilha, apelando para uma maior liberalização do comércio internacional e criticando fortemente a política protecționista dos IC, em especial dos da CEE onde — como chama à atenção — as barreiras alfandegárias levaram a uma importação de têxteis inferior à de 1976. A RFA, apesar de não estar livre de práticas protecționistas, em especial quanto aos produtos «sensíveis», não deixou, na UNCTAD, de fazer frente contra o protecționismo, única ponte, aliás, de ligação entre as suas posições e as dos DC.

McNamara não aceita o argumento de que o protecționismo permite garantir lugares de trabalho nos IC, porque «o que os defensores do protecționismo não explicam é que os postos actuais de trabalho não podem ser salvos, mesmo sob o protecționismo. O facto é que o protecționismo é muitas vezes utilizado — para desagrado dos sindicatos que o apoiam — como um meio que permite «adaptar» uma indústria pela automatização de postos de trabalho de baixa especialização, usando os preços mais altos

(2) Seelow (1980), pp. 267 e segs.; Senghaas (1979), pp. 326 e segs.

(3) A crítica desta tese é feita por vários autores, deles se destacando Dieter Senghaas, de que se seguem neste trabalho, nos aspectos teóricos, algumas linhas de pensamento, nomeadamente as expostas em Senghaas (1977). Para uma tomada de conhecimento das posições deste autor vide a recensão de J. Oppenheimer em *Estudos de Economia* (1980).

(4) Pearson (1969).

assegurados (pelo protecționismo) para pagar maquinaria substituidora de postos de trabalho». McNamara propõe assim, em vez de protecționismo, «uma política bem aplicada de adaptaçāo (que) apoiaria as indústrias atingidas pelo aumento das importaçōes vindas dos DC e (quē) permitisse a reciclagem da māo-de-obra libertada facilitando a sua deslocaçāo das indústrias de baixa produtividade para as de alta produtividade». No programa de acçāo que propõe no final da sua intervençāo, McNamara defende que «a Sociedade Internacional deveria examinar com bons olhos a possibilidade de ajuda adicional aos DC que tomem as medidas necessárias para o fomento da exportaçāo de acordo com as suas vantagens comparativas a longo prazo» (5).

Mas independentemente da fórmula que os DC propoem pela qual se deveriam reger as relaçōes de comércio, a posiçāo que a NOEI concede ao sector da exportaçāo, apresentando-o como o motor do desenvolvimento de economias orientadas para o exterior, corresponde à estratégia defendida pela economia liberal do «desenvolvimento pelo comércio». Nesta forma de encarar o comércio externo, este não é concebido como um complemento de actividades viradas para o mercado interno — como acontece nos IC — mas sim como actividade principal da qual dependerá o desenvolvimento e que só lentamente irá induzir um desenvolvimento virado para o mercado interno.

Nestas condiçōes a proposta dos DC de uma NOEI não pode ser encarada como uma tentativa de alterar na sua essencia a actual Ordem Económica Internacional, devendo antes ser entendida como um esforço de reajustamento da actual Ordem com o objectivo de acelerar a integraçāo dos DC nos circuitos do comércio internacional. Ora é precisamente isto que os IC vêm também empreendendo desde há vários anos. Reconhecendo a necessidade e vantagem duma «adaptaçāo» da actual Ordem Económica Internacional, o próprio GATT discutiu durante cinco anos a questāo da liberalizaçāo do comércio mundial (*Tokyo-Round*). Ao contrário dos *rounds* anteriores este ocupou-se inclusivamente das barreiras não-tarifárias, como o Código de Subvençōes e das Normas, e a *enabling clause* legaliza o tratamento especial dos DC no campo tarifário e não-tarifário representando já um dēsvio importante dos princípios do GATT da não-discriminaçāo. Na realidade, o documento final posto à ratificaçāo em Genebra foi considerado pelo Director do GATT, Oliver Long, como «uma barreira contra o protecționismo» (6). McNamara não deixou de acentuar na UNCTAD que «devemos cuidadosa e objectivamente avaliar o progresso feito nas negociaçōes do *Tokyo-Round*». Contudo o documento, ratificado pela maior parte dos IC, não foi aceite pela UNCTAD V por insuficiēncia da regulamentaçāo especial e das excepçōes concedidas aos DC (7).

(5) McNamara (1979).

(6) Krebschull (1979); Dewistz (1979).

(7) BMZ (1980), pp. 21-22.

Teremos assim que concluir que, na base, as posições dos IC e dos DC acabam por coincidir, defendendo ambas as premissas da actual Ordem Económica Internacional. Isto encontra o seu fundamento no facto de a crítica feita pelos representantes oficiais dos DC em relação ao comércio internacional e aos IC ser feita numa perspectiva errada. A causa da actual situação económica injusta não reside na não aplicação real das teorias liberais. Pelo contrário, a injustiça da actual Ordem Económica deriva precisamente duma coincidência da teoria liberal com a realidade. A teoria duma economia liberal e a concepção das vantagens comparativas não são em si erradas, dependendo o seu valor da realidade a que são aplicadas. No caso de relações assimétricas estruturadas não é possível falar, perante uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) desigual, de utilidade e vantagens comuns, assim como não tem sentido falar em disponibilidade de recursos naturais quando a divisão do trabalho é em elevado grau «não-natural»⁽⁸⁾. Na medida em que a realidade de hoje assenta numa DIT vinda do colonialismo e da expansão dos países industrializados, a troca foi e é desigual, conduzindo o comércio livre ao domínio daquele que se encontra num grau maior de desenvolvimento. Sendo assim, é difícil de aceitar que através do «aperfeiçoamento» da ordem liberal seja possível corrigir as injustiças que hoje se verificam na economia mundial.

II

A crítica da teoria do comércio livre internacional baseada na doutrina das vantagens comparativas tem vindo a ganhar em relevo nas últimas décadas ao longo da discussão à volta da problemática do desenvolvimento. Mas esta crítica vem já de longa data, tendo saído das próprias fileiras dos clássicos e tendo encontrado um dos seus expoentes no economista alemão Friedrich List, na primeira metade do séc. XIX⁽⁹⁾.

Comum a todas as posições críticas é o facto de apresentarem como negativos os efeitos *a longo prazo* do comércio livre, defendendo a necessidade de medidas proteccionistas por parte dos países mais fracos quando se trata de relações assimétricas. Contudo tanto a maior parte dos actuais autores dessas posições críticas como os seus precursores concedem que em termos estáticos *a curto prazo* cada um dos parceiros neste tipo de comércio internacional ganha com a especialização⁽¹⁰⁾. Esta última concepção pode ser considerada correcta em List. List referia a sua crítica às relações comerciais entre a Inglaterra por um lado e a Alemanha, França e USA por outro. Ora estes três países encontravam-se num grau de desenvolvimento inferior ao da Inglaterra, mas possuíam estruturas com possibili-

⁽⁸⁾ Senghaas (1977), pp. 290 e segs.

⁽⁹⁾ List (1959). Um estudo da posição de List nesta questão encontra-se em Senghaas (1977), pp. 75-87.

⁽¹⁰⁾ A própria posição de Senghaas vai neste sentido. Vide Senghaas (1977), pp. 210 e segs.

dades de desenvolvimento, como se veio a verificar. Já o mesmo não pode ser assumido de forma linear em relação aos actuais DC, cuja heterogeneidade estrutural é, em elevado grau, impeditiva de desenvolvimento. Não é assim necessariamente legítimo, a partir da posição correcta de List, deduzir vantagens a curto prazo duma especialização para os actuais DC, como o fazem autores modernos. Será, pelo menos, necessário tomar em consideração uma série de limitações tanto no que se refere à generalização — quantos países e que agentes usufruem — como no que se refere ao «volume» dessas vantagens.

Segundo um estudo da UNCTAD, em meados da década de setenta, eram calculados num máximo de 10 milhões os empregos que se criariam no total dos DC caso os IC descessem as tarifas alfandegárias de 50 %, eliminassem todas as barreiras não alfandegárias de comércio e introduzissem o sistema geral de preferências (GSP) (11). Por outro lado, e como se pode deduzir da tabela I, uma descida tarifária de 60 % por parte dos IC conduziria a que só oito países dos DC absorvessem quase 50 % do aumento das exportações daí derivado (não tomando em conta o petróleo e os têxteis, com o que aumentaria ainda mais a concentração) (12).

TABELA I

Aumento da exportação (a) em países seleccionados, presumindo uma descida tarifária de 60 % por parte dos IC (base 1974).

Paises	Aumento absoluto de exportação — Em 1000 dólares	Percentagem no aumento da exportação de todos os DC
Hong-Kong	360 964	14,4
Taiwan	259 957	10,4
México	160 504	6,4
Coreia do Sul	105 233	4,2
Brasil	95 148	3,8
Filipinas	77 460	3,1
Índia	58 558	2,3
Argentina	47 935	1,9
Total dos 8 DC com maior exportação	1 165 739	46,5
Todos os DC (b)	2 501 600	100,0

(a) Sem petróleo nem têxteis;

(b) Relativo a 89 DC não-europeus.

Fonte: Wirtschaftsdienst 1979 IV.

(11) UNCTAD (1976).

(12) Lutkenhorst (1979).

TABELA II

Exportações dos DC comercializadas pelas firmas transnacionais (1976)

Matérias-primas	Total de exportação — Em milhões de dólares	Percentagens comercializadas pelas transnacionais
Alimentos:		
Cacau	1 737	85
Bananas	793	70-75
Tabaco	1 079	85-90
Chá	827	85
Café	7 831	85-90
Açúcar	4 881	60
Arroz	1 102	70
Trigo	449	85-90
Matérias-primas agrícolas:		
Peles	(a) 297	(a) 25
Borracha natural	2 202	70-75
Algodão	2 692	85-90
Juta	172	85-90
Madeiras tropicais	4 169	90
Minérios e metais:		
Petróleo bruto	(a) 29 149	(a) 75
Cobre	(a) 3 031	(a) 85-90
Minério de ferro	(a) 1 256	(a) 90-95
Bauxite	518	90-95
Estanho	(a) 604	(a) 75-80
Fosfatos	850	(a) 50-60

(a) 1973.

Fonte. — CNUCED, Commercialisation et distribution du tabac TD/B/C., 1/205.

Mas há aqui ainda uma questão de base a considerar. Admitindo a hipótese de que a NOEI proposta na UNCTAD permitiria um melhor acesso ao mercado mundial por parte de alguns DC, as relações de poder das transnacionais no interior da rede de produção, venda e distribuição tenderiam a relativizar em elevado grau as vantagens que esse acesso poderia trazer aos DC. Quando se refere que a Guatemala exporta bananas, seria mais correcto dizer que são produzidas bananas na Guatemala pela firma Del Monte. Na verdade, esta firma controla a quase totalidade da produção e comercialização daquele produto. A Del Monte é uma transnacional (sucessora da United Fruit Company) que, além de ser uma sociedade de bananas integrada horizontal e verticalmente, é uma das maiores empresas de *agrobusiness* mundiais, tendo anexado a Sealand, principal empresa de transportes marítimos por contentor. A tabela II esclarece em termos mais

gerais a posição das transnacionais no comércio internacional na primeira metade da década de setenta. Com excepção das peles, todos os produtos considerados são comercializados em mais de 50 % pelas transnacionais (13).

Nestes termos a expansão comercial dos DC não corresponderia a maiores possibilidades de desenvolvimento geral e harmónico mas antes a uma expansão das transnacionais e dos sectores económicos nos DC integrados, através destas, no núcleo internacionalizado do sistema de economia de mercado, na lógica, aliás, da dinâmica tecnológico-económica que Galbraith já descrevia de forma clara nos fins da década de sessenta (14). Esta perspectiva terá que levar, necessariamente, à revisão da noção de troca desigual, na medida em que a exploração não conhece hoje fronteiras, nem como conceito nem como realidade e a existência de sectores internacionalizados nos DC vai pondo de outra forma a questão da propriedade formal do capital.

Perante esta posição de domínio das transnacionais tanto nas relações internacionais como no interior das economias dos DC, o alargamento e liberalização do comércio interessa aos IC já não só no sentido Norte-Sul mas também no sentido Sul-Sul, como se pode deduzir da declaração de McNamara, em Manilha: «No que respeita ao comércio Sul-Sul, há bons argumentos — que se baseiam no princípio das vantagens comparativas — para os DC desenvolverem o volume do comércio entre eles. Alguns DC já começaram a fazer uso destes novos canais de comércio. Existem oportunidades para uma maior expansão.» (15)

III

A serem correctos os termos em que expusemos a questão eixo da NOEI proposta pelos DC, e chegando, portanto, à conclusão de que não há contradição entre as premissas da Ordem Económica Internacional hoje vigente e a proposta, cabe perguntar em que consiste afinal a confrontação na UNCTAD.

As propostas dum NOEI são defendidas e apresentadas pelos governos dos DC representantes dos interesses das camadas sociais aí dominantes. Na regra os interesses destas camadas estão dissociadas dos da maioria da população desses países, encontrando-se, por outro lado, intimamente ligados aos dos centros de decisão dos países economicamente mais desenvolvidos com que mantêm relações. A tónica posta na «cooperação» ao longo da UNCTAD V é reveladora desta comunidade de interesses.

(13) Clermont (1979).

(14) Galbraith (1967); Fitter (1976).

(15) McNamara (1979).

A questão da cooperação só surge quando existe um acordo mínimo acerca do essencial. Na realidade os governos dos DC não põem em causa a estrutura subjacente às relações entre os seus países e os IC mas sim e meramente «as regras do jogo» segundo as quais essas relações se processam. Trata-se de discutir a maneira como os DC se integram no mercado mundial e, com isso, na divisão internacional do trabalho sem interesse em a alterar. As exigências vão no sentido duma integração no mercado mundial em condições diferentes das actuais e em ritmo mais acelerado que permita uma maior participação na riqueza mundial. Não se trata pois duma alteração das estruturas de produção mas sim de alterações ao nível da esfera de circulação. A dissociação de interesses em relação à maioria da população, por outro lado, explica a estratégia de desenvolvimento orientado para a exportação. Há aqui um jogar com a ideia da divisão internacional do trabalho.⁽¹⁶⁾ na medida em que o aparelho produtivo funciona essencialmente à base de produtos primários fornecidos pela maioria da população, mas a sua exportação tem como resultado uma entrada de divisas que vão servir para satisfazer o nível de vida duma *élite*, em boa parte à base da importação de bens de luxo, e de forma alguma para satisfazer as necessidades da população em geral.

Não é mero acaso o facto de na UNCTAD nunca ter sido posta a questão da concorrência entre a estratégia da exportação e a do desenvolvimento interno. A realidade é que grande parte da produção para a exportação representa uma concorrência à produção alimentar da população em boa parte dos DC. A própria decisão sobre os investimentos é função da opção tomada: até 1974 somente 15 % dos meios postos à disposição dos DC foram afectados ao sector agrícola⁽¹⁷⁾. Na Jamaica, num período de doze anos em que as superfícies plantadas para exportação de bananas, açúcar e limões aumentaram respectivamente de 30 %, 50 % e 100 %, a recolha de cereais desceu de 19 para 4 kg/habitante.

A Nova Ordem Económica Internacional vista no seu conjunto — não só no aspecto essencial do comércio internacional — mais não representa do que um aperfeiçoamento e sistematização de teorias do desenvolvimento adoptadas pelos governantes do DC que, no seguimento da teoria do livre-câmbio do séc. XIX, fornecem justificações teóricas e ideológicas cómodas para o acordo concedido pelas camadas dominantes à manutenção da superioridade das nações industrializadas nos seus países. O modelo proposto tem, na realidade, o seu paralelo no séc. XIX: apelo maciço à poupança das nações industrializadas em vez de poupança local, utilização daquela «ajuda» para a realização de grandes trabalhos confiados a firmas

⁽¹⁶⁾ Strahm (1979).

⁽¹⁷⁾ Idem.

estrangeiras, concessões a grandes firmas (hoje Joint Ventures) ⁽¹⁸⁾. O mesmo processo que levou no séc. XIX à penetração económica das empresas dos países industrializados em países então com um atraso tecnológico ainda pequeno e ainda não-dependentes (Egipto, Turquia e América Latina) e que conduziu à actual situação de dependência.

Com uma indústria meramente importada escapam as *élites* à necessidade duma verdadeira acumulação interna que permitiria um processo autónomo de formação de capital, sem o que não há acumulação tecnológica localmente dominada.

A penetração e posição de domínio dos actuais IC nos DC e o subsequente atraso económico não podem ser entendidos sem este dado interno: os interesses das *élites* nessa penetração e posição, monopolizando elas os «benefícios da modernização» (no séc. XIX «ocidentalização»). Este último facto bloqueia uma interacção positiva de culturas e técnicas, na medida em que os ensinamentos modernos só permitem associar uma ínfima minoria aos benefícios da grande indústria e na medida em que os progressos técnicos na população é meramente marginal.

Evidentemente que este processo cria conflitos internos nos DC e a internacionalização do problema do desenvolvimento vem precisamente fornecer um «alibi» aos dirigentes nos DC que invocam, face às populações frustradas, a impossibilidade da reforma da Ordem Económica Internacional que faz falhar os «esforços» internos de desenvolvimento ⁽¹⁹⁾.

Vistas as coisas nestes termos, compreende-se porquê, ao longo de toda a discussão da NOEI na UNCTAD, nunca é posta a questão das forças internas nos DC.

Perante as posições tomadas pelos DC em relação a uma Nova Ordem, seria de esperar uma aceitação, pelo menos de base, por parte dos IC das propostas apresentadas. Não foi, contudo, isso o que sucedeu. A reacção negativa inicial por parte destes países poderá explicar-se por três ordens de razões:

A reacção a alterações do *status quo* é geralmente negativa por parte das forças que dele usufruem maior vantagem; a posição negativa não deve ser considerada mais significativa do que a rejeição inicial, em épocas passadas, dos sindicatos, da independência dos países e das reformas agrárias e que se transformou numa aceitação após um período em que se reconhece a vantagem da «nova ideia» para o sistema e em que se criam condições para este a poder integrar.

Conscientes da necessidade duma readaptação da Ordem Económica Internacional, os IC foram desenvolvendo uma concepção própria acerca das alterações a introduzir, concepção essa

⁽¹⁸⁾ Corm (1979).

⁽¹⁹⁾ Corm (1980).

que se veiu a formalizar no «Projecto-RIO» (Reshaping the International Order) apresentado ao Club of Rom por J. Tinbergen.

A linguagem radical utilizada pelos representantes oficiais dos DC dificultava perceber o alcance das alterações propostas, exigindo longas análises e discussões.

Não admira, assim, que os IC antes de entrarem no «diálogo» tivessem oferecido resistência. Mas as negociações com os representantes oficiais dos DC impunham-se: após a superação da era da guerra fria e da confrontação Oriente-Occidente, apresentava-se como objectivo a alcançar a harmonização das relações Norte-Sul perturbadas pelas lutas de independência mas necessárias para o alargamento dos mercados dos IC. As eventuais cedências nas negociações iriam satisfazer as camadas dominantes dos DC imprescindíveis para a penetração nos mercados desses países. Neste sentido as negociações à volta da NOEI não são mais do que uma das manifestações do até agora malogrado «Diálogo Norte-Sul».

O conflito actualmente já não reside sequer no facto de os DC exigirem uma Ordem Internacional que lhes garanta uma maior participação na riqueza mundial. O conflito reside agora essencialmente no desacordo quanto à maneira de adaptar a actual Ordem Económica. Neste aspecto a confrontação de forças é desigual, pois os IC estão em condições de não ceder em matérias que possam ser consideradas essenciais ao sistema. Está neste caso o chamado «Código de Conduta» na sua forma actual (em especial o uso de patentes) visto os IC considerarem que o desenvolvimento real de capacidades e de domínio tecnológicos pode fazer perder às transnacionais mercados importantes. A indexação dos preços das matérias-primas, o cartel de produtores de matérias-primas, o *link*, são outras exigências a que os IC se não mostram dispostos a ceder. A não cedência em pontos essenciais poderá levar a uma polarização em que o próprio aparelho jurídico-institucional que se presta à sua discussão vai sendo esvasiado por retirada de apoio dos IC. Em 1978 a Secretaria de Estado apresentou à Casa Branca um documento para reestruturação do sistema da ONU tendente a fazer obstáculo à «maioria automática» dos DC.

Por outro lado os IC também não irão ceder em questões onde não vêm necessidade visto encontrarem-se perante uma posição de fraqueza: os IC têm consciência de que os representantes oficiais dos DC na generalidade não estão seriamente interessados em minar a sua própria posição e função no mercado mundial, visto que destruir os centros de decisão dos IC seria destruir a sua própria base de apoio. Não se deparam assim com vontade decidida de alteração em termos de a solidariedade ser superior ao desejo de integração. Na verdade a pressão feita para conseguir uma cedência por parte dos IC é gravemente enfraquecida pela divisão existente entre os vários DC. A noção de Terceiro Mundo é um mito que se quer referir a um mosaico desprovido de qualquer homogeneidade. Os interesses dos governantes dos DC diferem em função do grau de desenvolvimento e

estrutura económica dos seus países. O Presidente da Tansânia, Nyerere, na conferência preparatória do Grupo dos 77, em Arusha, chamou nitidamente à atenção para este fenómeno: «Os interesses directos e as prioridades de negociação dos vários grupos dos 77 são . . . muito diferentes. Por isso há a tendência para se formarem sub-grupos dentro do Grupo dos 77. Temos a OPEC. Temos os mais atingidos, os menos desenvolvidos, os novos países industrializados . . . Esta espécie de subdivisão é também muito perigosa. Subgrupos desenvolvem automaticamente as suas próprias adaptações internas e o seu sentido próprio de unidade, que pode antes passar a ser uma unidade contra os outros subgrupos do que uma unidade contra a ordem mundial existente»⁽²⁰⁾. Exemplo deste fenómeno têm sido as negociações acerca do Programa Integrado de Matérias-Primas e do Fundo Comum de Estabilização, em que os IC têm tirado proveito do desentendimento dos DC entre si. E o facto de, por pressão dos países da OPEC e alguns da América Latina, ter sido excluído da discussão o problema da energia, conferiu à UNCTAD V um certo momento de irracionalidade quando se considera o lugar da energia na economia mundial.

Também o ritmo e a intensidade das alterações dificilmente podem ser definidos pelos DC. Referindo-se ao comércio internacional, McNamara pôs bem claro que «o *Tokyo-Round* não resultará num desmantelar imediato das barreiras não alfandegárias. Obviamente tal desmantelamento só pode ser feito de forma gradual e por fases ao longo de um certo período»⁽²¹⁾. Para o Fundo Comum de Estabilização previu a UNCTAD V um capital de 60 milhões de dólares, o que corresponde a 5 % do mínimo requerido (1,2 milhares de milhões) para dar sentido à operação. Noutros pontos, como na ajuda pública, são feitas meras declarações de vontade de aproximação dos 0,7 % mas sem fixação nem de prazos nem de volume.

Os resultados da UNCTAD V foram assim extremamente magros. Os representantes oficiais dos DC deixaram a conferência conscientes de que as alterações conseguidas não tinham sido essenciais e que decorrem a um ritmo muito lento. Por outro lado os IC mostraram-se satisfeitos. Um director do Ministério da Cooperação Económica da RFA foi explícito nas suas conclusões sobre a conferência: «Na perspectiva dos IC os resultados da UNCTAD V são certamente aceitáveis e, numa primeira análise, satisfatórios porque as posições do Ocidente foram mantidas e as concessões feitas aos países em desenvolvimento não põem em causa os fundamentos da Ordem Económica»⁽²²⁾. Mas apesar de resultados diferentemente avaliados, o Ministro dos Negócios Estrangeiros filipino, presidente da conferência, pôde afirmar no discurso de encerramento: «Não houve vencedores nem vencidos». E a explicação foi dada pelo chefe da Delegação do Banco Mundial à conferência: «A reunião de Manilha deverá ter acabado com a

⁽²⁰⁾ Nyerere, citado em Bosse (1979).

⁽²¹⁾ McNamara (1979).

⁽²²⁾ Morbach (1979).

fase da confrontação aberta N/S nas questões económicas. Prodomina agora o reconhecimento de que em muitos domínios os interesses do Norte e do Sul não são divergentes» (23).

Os problemas de desenvolvimento dos DC são cada vez mais analisados em termos de economia internacional. Este facto facilita uma extroversão crescente da economia desses países, cujo funcionamento dependerá também de forma crescente da tecnologia moderna que só as transnacionais dominam à escala internacional. A mais recente análise global, o Relatório da Comissão Brandt (24) internacionaliza todos os problemas dos DC, consagrando a sua parte mais medíocre e mais curta (10 de 285 páginas) aos esforços internos que deveriam ser dispendidos para lutar eficazmente contra a pobreza e o declínio da agricultura.

A experiência histórica dos países capitalistas desenvolvidos mostra que a industrialização e a construção duma economia nacional foram sempre realizadas negando a divisão internacional do trabalho, isto é, negando inserir-se nela passivamente de acordo com as vantagens comparativas. As relações externas foram sempre submetidas às exigências da construção interna e não o inverso (25).

A Nova Ordem Económica, para se não resumir a uma adaptação das velhas estruturas, necessita de análises críticas que problematizem as estruturas herdadas. Precisamente isto não sucede nas posições tomadas referentes às teorias do comércio internacional e do desenvolvimento, na medida em que essas posições continuam a ter por base a doutrina das vantagens comparativas não tomando em consideração o contexto assimétrico específico (26). Por outro lado não é tomado em consideração que as fontes reais do poder sobre as quais repousa a ordem económica internacional se alteraram. Não é mais o controlo dos mercados mas sim o controlo da tecnologia a trave mestra da estrutura do poder internacional. A tecnologia possui, duma forma ou doutra, a faculdade de se substituir todas as outras fontes de poder. Reduzida às suas últimas consequências a confrontação com os actuais centros de decisão torna-se num esforço para anular os efeitos da detenção exclusiva desta fonte de poder.

BIBLIOGRAFIA

- BOSSE, P. — «UNCTAD V: Strukturwandel Hauptthema», epd *Entwicklungspolitik*, 8/79.
BURNEY, M. A. — «Die Anerkennung der Interdependenz: UNCTAD V», *Finanzierung & Entwicklung*, 3/79.

(23) Burney (1979).

(24) Independent Commission (1980); Corm (1980).

(25) Iedes (1980), pp. 50 e segs.

(26) Senghaas 1977; Furtado (1980).

- BMZ — «Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit», *Vierter Bericht zur Entwicklungspolitik der Bundesregierung*, März, 1980.
- CLERMONT, E. de — «Un nouvel ordre pour les multinationales», *Le Monde Diplomatique*, mai, 1979.
- CORM, G. — «L'idéologie du développement ou Le libre échange au XX siècle», *Le Monde Diplomatique*, nov., 1979.
- CORM, G. — «Au rebours du développement», *Le Monde Diplomatique*, nov., 1979.
- DAC — *Chairman's Report*, statistical annex, 1979.
- DEWISTZ, W. von — «Die multilateralen GATT — Verhandlungen», *Wirtschaftsdienst*, 7/1979.
- ESTUDOS DE ECONOMIA — Instituto Superior de Economia, vol. I, n.º 1, 1980.
- FITTER, J. C. — «Die Strategie der Dritten Welt», *Jahrbuch für Sozialwissenschaft*, vol. 27/2 1976.
- FURTADO, C. — «Les nouvelles sources de pouvoir dans l'ordre économique international», *Revue Tiers-Monde*, nr. 81, janv-mars, 1980.
- GALBRAITH, J. K. — «*The New Industrial State*, Houghton Mifflin, N. Y.», 1967.
- IDS — «UNCTAD V: lessons for the 1980s», *Bulletin*, vol. 1, nr. 1, 1980.
- IEDES — *Revue Tiers-Monde*, nr. 81, 1980.
- INDEPENDENT COMMISSION ON INTERNATIONAL DEVELOPMENT ISSUES — *North-South: a Programm For Survival*, 1980.
- KREBSCHULL, D. — «Schwankt GATT um?», *Wirtschaftsdienst*, 5/1979.
- LIST, F. — «Das nationale System der politischen ökonomie» *Tübingen*, 1959. 1.ª edição, 1841.
- LUTKENHORST, W. — «Herausforderung für UNCTAD V», *Wirtschaftsdienst*, 4/1979.
- NACNAMARA, R. S. — *Adress to the UN — Conference on Trade and Development*, Manilha, 1979.
- MORBACH, R. — «UNCTAD V — Rückblick und Ausblick», *Wirtschaftsdienst*, 7/1979.
- MURRAY, R. — *Intra-firm Trade and the Control of Transfer Pricing: issues for the Third World*, Harvester Press, Brighton, 1980.
- SEELOW, F. — «Neue Weltwirtschaftsordnung: Grundpositionen von Industrie- und Entwicklungsländern», *Vierteljahresberichte, Friedrich-Ebert-Stiftung*, nr. 81, 1980.
- SENGHAAS, D. — *Weltwirtschaftsordnung und Entwicklungspolitik*, Frankfurt/IM, 1977.
- SENGHAAS, D. — *Kapitalistische Weltökonomie*, Frankfurt/IM, 1979.
- SENGUPTA, A. K. — *Commodities, Finance and Trade*, Frances Pinter, London, 1980.
- STRAHM, R. H. — «Le verdict des faits», *Le Monde Diplomatique*, mai, 1979.
- UNCTAD, «Background study on the impact on employment of international policy mesures in the field of trade and development», Research Division, Research Memorandum, nr. 56, 1976.
- WORLD BANK AND IMF — *Finance an Development*, nr. 3/1979.